

Senado quer voltar a funcionar

Brasília — Com a suspensão da votação do regimento da Constituinte, começaram a ser rompidos outros acordos que viabilizavam o seu funcionamento. O melhor exemplo é o do artigo 82, ao prever que o Senado e a Câmara só se reunirão em caráter extraordinário e para exame de matéria “urgente ou de relevante interesse nacional”.

O Senado voltou atrás e quer votar, na próxima segunda-feira, uma resolução que prevê seu funcionamento limitado mas para decidir sobre matéria a seu critério, e não apenas de urgente e relevante interesse nacional. Nesse caso, em vez de duas vezes por semana, como se imaginava originalmente, no Senado essa periodicidade poderia ser aumentada, tornando-se, progressivamente, quase regular, num movimento que poderia ser imitado pela Câmara.

No Senado, a reação as limitações de funcionamento contam o apoio da maioria, o que envolve o próprio PMDB, pois os parlamentares não desejam que a defendida soberania da Constituinte se exerça apenas à sua custa. Os constituintes, contudo, temem que a rebelião dos senadores resulte na escolha de comissões regulares e sessões plenárias sistemáticas.

Para a rotina política e econômica do país, a importância do Senado atinge pelo menos quatro itens: a aprovação da nomeação de ministros para os tribunais superiores, feita pelo Executivo; a aprovação da escolha de embaixadores brasileiros no exterior; a votação de pedidos de empréstimos para os estados e municípios, o que inclui a rolagem da dívida dos governos estaduais; e legisla-

ção para o Distrito Federal, que não dispõe de Câmara Municipal.

Com funcionamento limitado, contudo, será possível manter tal rotina sem comprometimento, de acordo com os defensores da tese, mas na opinião do governo Senado e Câmara deveriam funcionar quase rotineiramente, porque isso tornaria o momento político mais equilibrado, reduzindo as pressões da Constituinte.

A Mesa do Senado, após a decisão da resolução sobre seu expediente começa a votar, na noite de segunda-feira, mais de 200 proposições estagnadas na pauta desde a legislatura passada e assim divididas: 135 decretos-leis, 67 atos relativos às questões financeiras de estados e municípios, 53 projetos de lei do Executivo e 14 indicações de embaixadores brasileiros no exterior.